

RECLAMAÇÃO Nº 38.147 - SP (2019/0167158-0)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
RECLAMANTE : PELEGRINI CONSULTORIA IMOBILIARIA LTDA
ADVOGADOS : MARCELO PELEGRINI BARBOSA - SP199877
ANDRÉ PELEGRINI BARBOSA - SP252739
RECLAMADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTERES. : BRUNO BOHRER TARDIN
ADVOGADO : MARIANA GASPARINI RODRIGUES - SP268989

DECISÃO

Cuida-se de reclamação, com pedido liminar, ajuizada por **PELEGRINI CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA.**, com fundamento no art. 988, IV, do CPC/15, contra decisão proferida pela 4.^a Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo/SP.

Afirma, em resumo, que o interessado - BRUNO BOHRER TARDIN - ajuizou em seu desfavor e de HM EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO SPE LTDA., ação de repetição de indébito c.c. pedido de indenização por danos morais, pleiteando a restituição em dobro do valor pago a título de comissão de corretagem, acrescido de danos morais, em razão da venda e compra de empreendimento imobiliário, por considerar abusiva a cláusula que a estipulou. O r. juízo togado julgou parcialmente procedente o pedido para declarar a nulidade da mencionada cláusula, bem como para condenar as rés à restituição da comissão de corretagem, na forma simples. Interposto recurso de apelação, o eg. Tribunal de Justiça negou-lhe provimento. Daí a interposição de recurso especial, cujo processamento restou indeferido ante a redação do art. 1.030, I, do NCPC, em razão do tema repetitivo n.º 938. Interpostos agravos internos pelas rés, ambos foram improvidos ante à compreensão de que "(...) o acórdão recorrido (fls. 429/432) está em perfeita sintonia com a orientação superior, ao concluir pela abusividade da cobrança da comissão de corretagem, por não haver informação no contrato de que o valor do referido encargo estaria incluso no preço total do imóvel." (fl. 160).

Nesse contexto, **afirma** a ora reclamante que "*Não se pretende discutir provas, mas a devida informação resta clara e evidente nos autos, em três documentos expressos e distintos - o argumento de ausência de cláusula não corresponde à realidade.*" (fl. 8). **Alega**, também, que "(...) *de forma injusta a devolução da corretagem foi determinada, pois os serviços de corretagem foram devidamente prestados, uma vez que o imóvel adquirido foi devidamente entregue ao Reclamado, sem atrasos de*

irregularidade" (fls. 8-9). **Argumenta**, ao final, que é de rigor a aplicabilidade da tese firmada por este C. Superior Tribunal de Justiça, nos termos do artigo 985, inciso I, do Código de Processo Civil.

Ao final, requer seja a presente reclamação conhecida e acolhida para o fim de se aplicar o Tema 938, deste C. Superior Tribunal de Justiça, nos moldes da decisão proferida nos autos dos REsp 1.599.511/SP.

É o relatório.

Decide-se.

A reclamação **não** merece prosperar.

1. De acordo com a jurisprudência da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, o ajuizamento da reclamação, que constitui medida correicional, pressupõe a existência de um **comando positivo** desta Corte Superior **cujas eficácia deva ser assegurada, protegida e conservada** (*ut* Rcl 2784/SP, 2ª Seção, Relator Ministro João Otávio de Noronha, DJ 22/05/2009).

Assim, nos termos dos artigos 105, I, "f", da Constituição Federal, 988, inc. II, do NCPC e 187 do RISTJ, somente caberá reclamação quando um órgão julgador estiver exercendo competência privativa ou exclusiva deste Tribunal ou, ainda, quando as decisões deste não estiverem sendo cumpridas por quem de direito.

Com esse norte hermenêutico, a presente reclamação constitucional deve ser indeferida liminarmente, porquanto é uníssona a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que o *"seu acolhimento, nesses casos, tornaria ineficaz o propósito racionalizador implantado pelo regime dos recursos repetitivos"* AgRg na Rcl 29.631/SP, **Rel. Ministra ASSUETE MAGALHÃES**, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22/02/2017, DJe 07/03/2017). Confira-se a ementa do referido julgado:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO. RECLAMAÇÃO QUE IMPUGNA DECISÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM, QUE NEGA SEGUIMENTO A RECURSO ESPECIAL, APLICANDO ENTENDIMENTO FIRMADO PELO STJ, EM RECURSO REPETITIVO (ART. 543-C, § 7º, INCISO I, DO CPC/73). NÃO CABIMENTO DA RECLAMAÇÃO. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. (...).

III. A Reclamação é ação de natureza constitucional, que visa preservar a competência desta Corte ou garantir a autoridade de suas decisões, conforme dispõem os arts. 105, I, f, da Constituição Federal e 13 e seguintes da Lei 8.038/90, sendo indevido o seu uso como sucedâneo recursal.

IV. É incabível a Reclamação, prevista no art. 105, I, f,

da Constituição Federal, para impugnar decisão do Tribunal de origem, que não conheceu, por intempestivo, do Agravo Regimental interposto contra decisão que negara seguimento ao Recurso Especial, com fundamento no art. 543-C, § 7º, I, do CPC/73, pois a Reclamação não pode ser utilizada como sucedâneo recursal, além do que **seu acolhimento, nesses casos, tornaria ineficaz o propósito racionalizador implantado pelo regime dos recursos repetitivos.**

V. Com efeito, *"segundo a jurisprudência desta Corte, não é cabível a utilização da reclamação constitucional contra decisão que nega seguimento a recurso especial com base no art. 543-C, § 7º, I, do CPC, ainda que confirmada em subsequente agravo regimental (...)"*

VI. Agravo Regimental improvido.

AgRg na Rcl 29.631/SP, **Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES**, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22/02/2017, DJe 07/03/2017.

E ainda: AgRg na Rcl 27.447/RJ, Rel. Min. **BENEDITO GONÇALVES**, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 01/12/2015; AgRg na Rcl 16.032/RJ, Rel. Min. **MAURO CAMPBELL MARQUES**, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 21/05/2014; AgRg na Rcl 14.190/RJ, Rel. Min. **ARI PARGENDLER**, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 05/12/2013; AgRg na Rcl 4.231/RS, Rel. Min. **LUIS FELIPE SALOMÃO**, SEGUNDA SEÇÃO, DJe de 15/08/2012.

Com esse norte hermenêutico, na hipótese, o acórdão combatido aplicou o entendimento firmado no julgamento do Recurso Especial Repetitivo nº 1.599.511/SP, ao entendimento de que não houve o necessário destaque acerca da inclusão ou não do valor relativo aos serviços de corretagem no preço total do imóvel. Registra-se, por oportuno, trecho do excerto, *verbis*: *"(...) No caso, verifica-se que foram cobrados os serviços de corretagem no valor de R\$5.683,65, contudo, é certo que o contrato firmado pelas partes embora mencione na cláusula VI o valor, não esclarece se o valor estaria incluso no preço total do imóvel constante da cláusula IV.1 (R\$156.706,35), inferindo-se, assim, que o autor não foi claramente informado acerca da obrigação."* (fls. 119-120)

Com efeito, no caso concreto, não restou caracterizada inobservância a precedente repetitivo que justificasse a propositura da reclamação prevista no artigo 988, § 5º, inciso II, do Código de Processo Civil de 2015. Nesse sentido, confira-se: AgInt na Rcl 35870 / RJ, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, DJe de 23/10/2018, assim ementado:

AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE FERROVIÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO.

1. Na hipótese, o acórdão combatido aplicou o entendimento firmado no julgamento do Recurso Especial Repetitivo nº 1.210.064/SP para indeferir o pedido de indenização, baseando-se nas peculiaridades fáticas do caso concreto que não foram objeto do referido paradigma.
2. No caso concreto, não caracterizada inobservância a precedente repetitivo que justificasse a propositura da reclamação prevista no artigo 988, § 5º, do Código de Processo Civil de 2015.
3. Agravo interno não provido.

2. Do exposto, com fundamento no art. 932, VIII, do Código de Processo Civil e no art. 34, XVIII, "a", do RISTJ, **indefiro** liminarmente a presente Reclamação.

Publique-se. Intimem-se. Após, arquivem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI
Relator